

Preços de colégios: todo mês um choque

Ao chegar ao Instituto Isabel, na Tijuca, para pagar a mensalidade de sua filha Bianca, de três anos e quatro meses, matriculada no Jardim de Infância e na Creche, a jornalista Andréa Carla Tinoco de Carvalho, de 24 anos, levou um susto: o valor cobrado havia passado de cerca de CZ\$ 11.000,00 em março para CZ\$ 19.475,00 este mês — CZ\$ 5.500,00 do jardim e CZ\$ 13.475,00 da creche. Sem ter condições de pagar a mensalidade, Andréa decidiu sair à procura de uma babá, a quem pretende pagar salário mínimo (CZ\$ 7.260).

O problema de Andréa, hoje, não é isolado. A cada mês, milhares de pais que têm os filhos matriculados em escolas particulares, se assustam ao perceber que as mensalidades foram novamente reajustadas e em índices bem elevados. A situação cria um clima de intranquilidade. Muitos, sem condições de acompanhar os aumentos e cansados da luta que acabam sendo obrigados a travar com os donos de escolas, optam por transferir seus filhos para unidades públicas.

Apesar de não dispor de um levantamento, a Presidenta da Associação de Pais de Alunos do Estado do Rio de Janeiro (Apaerj), Carmelena Pereira, garante que a evasão de alunos das escolas particulares é elevada. E não é para menos. De janeiro a março, a Apaerj recebeu dezenas de denúncias contra várias escolas que reajustaram suas mensalidades em até mais de 400 por cento, embora a taxa de inflação deste ano atinja 59,44 por cento e o acumulado nos últimos 12 meses tenha ficado em 387,90 por cento.

Segundo Carmelena, o problema torna-se ainda mais grave na Baixada Fluminense, onde muitas escolas aumentaram as mensalidades, que eram de CZ\$ 300,00 a CZ\$ 400,00 no ano passado, para CZ\$ 5 ou CZ\$ 6 mil cruzados este ano. Lá, o número de escolas públicas é pequeno, o que impede os pais de retirar seus filhos das unidades particulares.

Há poucos dias, a Presidente da Apaerj recebeu a carta de uma costureira — cujo nome não foi revelado por motivo de segurança — com uma filha, de 9 anos, que teve que sair do Instituto Santo Antonio porque as mensalidades aumentaram de CZ\$ 480,00 no ano passado para CZ\$ 2.500,00 este ano. A costureira chegou a vender o guarda-roupa, televisão, aliança e uma bicicleta para po-

der comprar o material exigido pela escola, que custou CZ\$ 16.722,00. Antes, a menina estava matriculada na Escola Municipal Leão Veloso, de onde saiu devido à falta de segurança provocada pela presença constante de marginais. Com renda mensal de CZ\$ 6.900,00, a mulher não tem condições de pagar escola particular e não consegue vaga em escola pública, a não ser na Leão Veloso, onde não quer matricular a filha.

Só este ano, a Apaerj — que atua numa comissão formada na Curadoria de Justiça de Defesa dos Consumidores, na Avenida Erasmo Braga 118, 9º andar — já recebeu cerca de 3 mil comunicados sobre aumentos abusivos, sendo 700 deles oficializados e comunicados ao Conselho Estadual de Educação, encarregado de fiscalizar e punir as escolas que cobram aumentos acima do permitido. A Presidenta da Associação, no entanto, adverte que o Conselho vem sendo inoperante em tratar dos aumentos abusivos, não se manifestando a respeito das denúncias apresentadas. Carmelena atribui esta posição do órgão ao fato de ser manipulado pelos donos das escolas particulares e diz que já levou o caso à Assembleia Legislativa do Estado do Rio (Alerj), que está tentando formar uma comissão suprapartidária para mudar a formação do Conselho.

Carmelena diz que os aumentos abusivos são consequência da postura das escolas, que não respeitam um acordo firmado pelo Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Particular do Rio e a Apaerj e intermediado pela Curadoria de Justiça dos Consumidores, que estabelecia a variação dos reajustes em níveis diferentes, de 54 a 65 por cento, de acordo com a região onde as escolas funcionam.

— O que acontece é que as escolas estão conscientes e seguras da omissão do Estado com relação ao ensino público e à massificação da escola particular — diz ela, afirmando que a posição do Conselho Estadual e da Comissão de Encargos Educacionais, de não fiscalizar os abusos, acaba por facilitar a situação.

Em fevereiro deste ano, após denúncias da Apaerj, o Vice-Presidente do Conselho Estadual de Educação, Ernesto Freire, decidiu anular a concessão de reajuste de mensalidades feita pelo próprio CEE, um mês antes, a 162 escolas particulares — a maioria delas religiosas.

